



## Sumário

- Destaque da Semana
- Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)
- Notícias do Executivo
- Notícias do Ministério Público do Trabalho
- Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho
- Notícias do e-Social
- Outras Notícias
- Atos Normativos
- Dados estatísticos de Fiscalização

## Destaque da Semana

[Com 48,4 mil vagas formais, emprego tem melhor junho desde 2013](#)

Ministério da Economia (Trabalho) - 25/07/2019

Considerando números referentes apenas a junho deste ano, seis setores da economia tiveram resultado positivo em junho: Serviços (23.020 postos), Agropecuária (22.702 postos), Construção Civil (13.136 postos), Serviços Industriais de Utilidade Pública (2.525), Extrativa Mineral (565) e Administração Pública (483). Dois setores apresentaram resultado negativo no mês: Comércio (-3.007 postos) e Indústria de Transformação (-10.988 postos).

Para ler na íntegra [clique aqui](#)

### [STF reconhece repercussão geral em 27 temas no primeiro semestre de 2019](#)

Supremo Tribunal Federal - 24/07/2019

O Plenário Virtual do Supremo Tribunal Federal (STF), de janeiro a junho deste ano, reconheceu a repercussão geral em 27 temas trazidos em Recursos Extraordinários (RE) e Recursos Extraordinários com Agravo (ARE). O número consta do [relatório das atividades](#) desempenhadas no primeiro semestre de 2019 pelo STF e apresentado à imprensa no início do mês pelo ministro Dias Toffoli, presidente da Corte.

### [Ausência de comunicação prévia de férias não dá direito ao pagamento em dobro](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 25/07/2019

A Quarta Turma do Tribunal Superior do Trabalho excluiu da condenação imposta à Obra Prima S.A. - Tecnologia e Administração de Serviços, de Curitiba (PR), o pagamento de férias em dobro a uma servente de limpeza que não tinha recebido o aviso de férias com a antecedência prevista na lei. Segundo a Turma, o artigo 134 da CLT, que trata do pagamento em dobro, não abrange a hipótese de inobservância do prazo de 30 dias para comunicação prévia das férias.

### [Operador de máquina não precisa de atestado do INSS para ser reintegrado](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 24/07/2019

A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho determinou a reintegração ao emprego de um operador de máquina da Termomecânica São Paulo S.A., de São Bernardo do Campo (SP), e o pagamento das parcelas devidas no período compreendido entre a dispensa e a reintegração. Na decisão, a Turma seguiu o entendimento do TST de que a norma coletiva que condiciona a garantia de emprego à constatação da doença profissional por médico do INSS é ineficaz.

### [Extinção de setor não afasta direito de membro da Cipa à estabilidade](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 23/07/2019

A Radicifibras Indústria e Comércio Ltda., de São José dos Campos (SP), foi condenada pela Sexta Turma do Tribunal Superior do Trabalho ao pagamento de indenização substitutiva a um monitor de fabricação que integrava a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (Cipa) demitido após a extinção do setor em que trabalhava. Para a Turma, a dispensa foi irregular.

### [Despachante de ônibus que não podia demorar no banheiro receberá indenização](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 23/07/2019

O relator do recurso de revista do despachante, ministro Mauricio Godinho Delgado, ressaltou que, diante do contexto descrito pelo TRT, as situações vividas por ele realmente atentaram contra sua dignidade, sua

integridade psíquica e seu bem-estar individual, justificando a reparação. “O simples fato de que havia frequente assédio moral no tocante ao tempo de uso de banheiro já é suficiente para caracterizar o ato ilícito patronal”, afirmou.

### [Programa Jornada fala sobre profissões de risco e prevenção de acidentes de trabalho](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 22/07/2019

O sexto e último episódio da primeira temporada do programa Jornada apresenta algumas profissões consideradas de risco e mostra também os índices de acidentes de trabalho no país. Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a cada 48 segundos um trabalhador sofre algum tipo de acidente e, a cada três horas, um morre. Esses dados alarmantes colocam o Brasil entre os países com maior número de acidentes e mortes decorrentes do trabalho em todo o mundo.

### [Dia Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho é celebrado neste sábado](#)

Ministério da Economia (Trabalho) - 26/07/2019

Nos últimos anos, o país vem registrando grandes avanços nessa área. A taxa de incidência de acidentes caiu de 21,64 para cada mil trabalhadores, em 2009, para 13,74 por mil, em 2017. É uma queda de 36,5%. O mesmo ocorre com a taxa de mortalidade, que diminuiu de 7,55 por 100 mil trabalhadores para 5,24, no mesmo período, o que representa retração de 30,6%.

### [Lei que regulamentou inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho completa 28 anos](#)

Ministério da Economia (Trabalho) - 26/07/2019

A Lei 8.213/1991, que estabeleceu a política de cotas para inclusão de pessoas com deficiência e reabilitados no mercado de trabalho, acaba de completar 28 anos. A lei prevê que toda empresa com 100 ou mais empregados deve destinar de 2% a 5% dos postos de trabalho a pessoas com deficiência. As empresas que possuem de 100 a 200 empregados devem reservar 2% de suas vagas; entre 201 e 500 empregados, 3%; entre 501 e 1000 empregados, 4%; e empresas com mais de 1001 empregados, 5% das vagas.

### [Auditor Fiscal do Trabalho fala do contexto histórico e atual das normas regulamentadoras](#)

Fundacentro - 24/07/2019

A convite da Fundacentro (Centro Regional do Distrito Federal), o Auditor Fiscal do Trabalho, Rômulo Machado e Silva falou em palestra sobre o contexto histórico e atual das normas regulamentadoras.

### [Lançado Observatório da Prevenção e da Erradicação do Trabalho Infantil](#)

Ministério Público do Trabalho - 26/07/2019

O Ministério Público do Trabalho lançou nesta quinta-feira (25), na Procuradoria-Geral do Trabalho (PGT),

o Observatório da Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (<https://smartlabbr.org/>). Fruto da parceria entre o MPT e a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a ferramenta tem por finalidade subsidiar o desenvolvimento, o monitoramento e a avaliação de projetos e programas com base em informações e evidências sobre o contexto socioeconômico em que o trabalho infantil ocorre.

### [SINAIT, Anamatra, ANPT e Abrat divulgam Nota Técnica contra nova reforma trabalhista](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 26/07/2019

O SINAIT, Anamatra, ANPT e Abrat apresentaram, nesta quinta-feira, 25 julho, Nota Técnica conjunta contra a nova reforma trabalhista contida no Projeto de Lei de Conversão – PLV nº 17/2019, originado da Medida Provisória – MP 881/2019. O conteúdo foi apresentado durante a reunião extraordinária do Fórum Interinstitucional em Defesa do Direito do Trabalho e da Previdência Social – Fids, que ocorreu no auditório da Procuradoria-Geral do Trabalho – PGT, em Brasília (DF). O objetivo do encontro foi o de definir estratégias e ações para serem desenvolvidas contra a proposta no retorno do “recesso branco” do Congresso Nacional.

### [Publicada CIRCULAR CAIXA Nº 865, de 23 de julho de 2019](#)

Portal eSocial - 24/07/2019

Dispõe sobre os procedimentos pertinentes à geração e arrecadação da guia de recolhimento mensal e rescisório do FGTS durante período de adaptação à obrigatoriedade de prestação de informações pelo eSocial.

### [Acordo extrajudicial não afasta possibilidade de ação trabalhista, diz juiz](#)

Consultor Jurídico - 28/07/2019

Acordo extrajudicial não elimina a possibilidade de ação trabalhista. Com esse entendimento, o juiz Evandro Luís Urnau, da 3ª Vara do Trabalho de Passo Fundo (RS), não acolheu os argumentos de uma escola em processo ajuizado por uma professora, de que o acordo anterior transformou aquela relação de emprego em “coisa julgada”.

### [Pagar adicionais no prazo certo não isenta empresa que atrasa salário das férias](#)

Consultor Jurídico - 23/07/2019

Atrasar o salário referente ao mês de férias gera o dever de pagar em dobro, mesmo com o pagamento de adicionais no prazo correto. Com esse entendimento, a 1ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho deferiu a um inspetor da Companhia de Águas e Esgotos do Estado do Rio Grande do Norte (Caern) o pagamento em dobro do valor relativo às férias, com exceção do terço constitucional e do abono pela venda de dez dias.

## Atos Normativos

[SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 7.037, DE 14 DE JUNHO DE 2019](#) (DOU de 22/07/2019 Seção I Pág. 29) - Associação sem fins lucrativos, para ter direito à isenção da CSLL prevista no art. 15 da Lei nº 9.532, de 1997, deve atender a todos os requisitos legais que condicionam o benefício, inclusive a limitação à remuneração dos dirigentes pelos serviços prestados, de que trata o art. 12, § 2º, "a", da Lei nº 9.532, de 1997. Assim, para gozo do benefício, a entidade só pode remunerar seus dirigentes dentro dos limites estabelecidos nos §§ 4º a 6º do art. 12 da Lei nº 9.532, de 1997;

[SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 7.039, DE 27 DE JUNHO DE 2019](#) (DOU de 22/07/2019 Seção I Pág. 29) - Os equipamentos de proteção individual (EPI) fornecidos a trabalhadores alocados pelo interessado nas atividades de prestação de serviços podem se enquadrar no conceito de insumos, para fins de apuração de créditos da não cumulatividade da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins.

[PORTARIA MMFDH Nº 1.468, DE 19 DE JULHO DE 2019](#) (DOU de 22/07/2019 Seção I Pág. 49) - Institui o Selo Empresa Amiga da Família (SEAF), destinado a fomentar e reconhecer empresas que adotam práticas organizacionais de equilíbrio entre trabalho e família;

[DECRETO Nº 9.927, DE 22 DE JULHO DE 2019](#) (DOU de 23/07/2019 Seção I Pág. 01) - Dispõe sobre o Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – CGSIM;

[CIRCULAR CEF Nº 865, DE 23 DE JULHO DE 2019](#) (DOU de 24/07/2019 Seção I Pág. 66) - Dispõe sobre os procedimentos pertinentes à geração e arrecadação da guia de recolhimento mensal e rescisório do FGTS durante período de adaptação à obrigatoriedade de prestação de informações pelo eSocial;

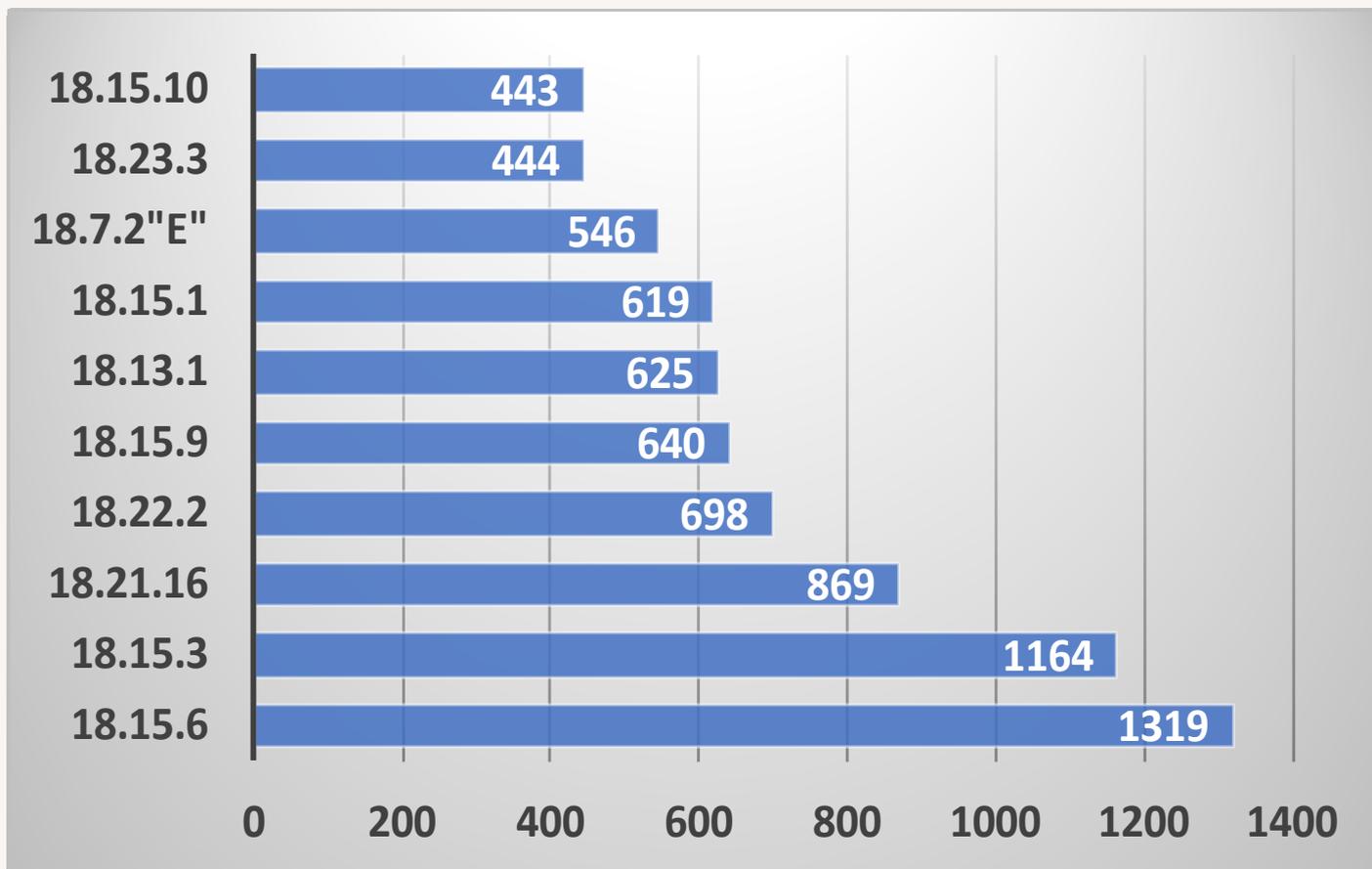
[MEDIDA PROVISÓRIA Nº 889, DE 24 DE JULHO DE 2019](#) (DOU de 24/07/2019 Seção I - Extra - Pág. 01) - Altera a Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, para dispor sobre a possibilidade de movimentação das contas do Programa de Integração Social - PIS e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - Pasep, e a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para instituir a modalidade de saque-aniversário no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, e dá outras providências;

[DECRETO Nº 9.936, DE 24 DE JULHO DE 2019](#) (DOU de 25/07/2019 Seção I Pág. 01) - Regulamenta a Lei nº 12.414, de 9 de junho de 2011, que disciplina a formação e a consulta a bancos de dados com informações de adimplemento, de pessoas naturais ou de pessoas jurídicas, para formação de histórico de crédito;

[RESOLUÇÃO CODEFAT Nº 835, DE 23 DE JULHO DE 2019](#) (DOU de 25/07/2019 Seção I Pág. 25) - Aprova a Proposta Orçamentária do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT para o exercício de 2020;

## Dados Estatísticos de Fiscalização

Os 10 (dez) itens da Norma Regulamentadora 18 (Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção) mais capitulados como "Interdição" durante a fiscalização do Ministério da Economia (antigo Ministério do Trabalho) na Indústria da Construção (CNAEs 41, 42 e 43) no período de 2012 a 2017:



Fonte: Sistema Federal de Inspeção do Trabalho - SFIT/ME

**\*Interdição** : É uma rubrica utilizada pela fiscalização do Ministério da Economia (antigo Ministério do Trabalho) para contabilizar os artigos da legislação trabalhista (CLT ou Segurança e Saúde no Trabalho) que foram utilizados para paralisar as atividades de itens encontrados nos canteiros de obra da Indústria da Construção, por ter sido caracterizado "grave e iminente risco" a segurança e a saúde dos trabalhadores, durante a ação de fiscalização realizada pelos Auditores Fiscais do Trabalho. Esse quantitativo não está atrelado obrigatoriamente ao número de "notificações", "autuações" ou "regularizados na ação fiscal" realizadas pela auditoria fiscal do Ministério da Economia. Os atos fiscais do ME são assim contabilizados: RF 1 - Regular; RF 2 - Regularizado na Ação Fiscal; RF 3 - Irregular (autuação); RF 4 - Notificado; RF 5 - Embargo; RF 6 - Levantamento de Embargo; RF 7 - Interdição; RF 8 - Levantamento de Interdição.

## Dados Estatísticos de Fiscalização

*18.15.6. Os andaimes devem dispor de sistema guarda-corpo e rodapé, inclusive nas cabeceiras, em todo o perímetro, conforme subitem 18.13.5, com exceção do lado da face de trabalho.*

*18.15.3 O piso de trabalho dos andaimes deve ter forração completa, ser antiderrapante, nivelado e fixado ou travado de modo seguro e resistente.*

*18.21.16. As estruturas e carcaças dos equipamentos elétricos devem ser eletricamente aterrados.*

*18.22.2. Devem ser protegidas todas as partes móveis dos motores, transmissões e partes perigosas das máquinas ao alcance dos trabalhadores.*

*18.15.9. O acesso aos andaimes deve ser feito de maneira segura.*

*18.13.1. É obrigatória a instalação de proteção coletiva onde houver risco de queda de trabalhadores ou de projeção de materiais.*

*18.15.1. O dimensionamento dos andaimes, sua estrutura de sustentação e fixação, deve ser realizado por profissional legalmente habilitado.*

*18.7.2. A serra circular deve atender às disposições a seguir:*

*e) ser provida de coifa protetora do disco e cutelo divisor, com identificação do fabricante e ainda coletor de serragem.*

*18.23.3. O cinto de segurança tipo pára-quedista deve ser utilizado em atividades a mais de 2,00m (dois metros) de altura do piso, nas quais haja risco de queda do trabalhador.*

*18.15.10 Os montantes dos andaimes devem ser apoiados em sapatas sobre base sólida e nivelada capazes de resistir aos esforços solicitantes e às cargas transmitidas.*

## EXPEDIENTE

Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)

José Carlos Martins

Presidente

Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT/CBIC)

Fernando Guedes Ferreira Filho

Presidente da CPRT

Gilmara Dezan

Supervisora de Projetos e Assessora da CPRT

Queiroz Neto Advocacia & Políticas Públicas

Clovis Veloso de Queiroz Neto

Consultor CBIC e Responsável Técnico